

A GEOGRAFIA DE DELGADO DE CARVALHO¹

Maria Lúcia Pires Menezes

Professora Doutora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário, Bairro São Pedro – CEP: 36036-330 – Juiz de Fora.
E-mail: mlmgomez@gmail.com

É o dom de orientar e de pensar geograficamente. Tornar a viagem e a excursão cheias de significações e ensinamentos, é uma das mais preciosas funções da educação.

(Delgado de Carvalho)

Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980), nascido francês de pais brasileiros, tornou-se um dos mais profícuos geógrafos brasileiros do século XX. Por esse importante motivo acadêmico e científico apresentamos um breve relato de sua trajetória e um artigo do autor. Trata-se aqui de uma simples e direta maneira de incentivar o conhecimento sobre a obra do autor e das pesquisas que lhe advieram. Portanto, não há de nossa parte nenhum intuito de análise de sua obra, além de registrar a licença de parafrasear alguns autores que possam contribuir para o objetivo desta apresentação e do texto que a acompanha.

Apresentar a bibliografia de e sobre Carlos Miguel Delgado de Carvalho significa dois grandes desafios: o primeiro, dominar sua vasta produção e as pesquisas realizadas sobre sua obra; o segundo: compreender sua obra a partir da posição que ocupou no campo acadêmico e científico do país. Em relação ao primeiro desafio este texto vem acompanhado da bibliografia constante na web e que disponibiliza uma gama considerável de dados e informações àqueles que precisam ou queiram conhecer a obra de Delgado de Carvalho e sua contribuição a diversas pesquisas realizadas sobre inúmeros assuntos no Brasil. Esta produção deve, então, ser entendida como resultado da posição que ocupou Delgado de Carvalho no campo de poder da Geografia, sua institucionalização, exercício de prática, divulgação e ensino e, principalmente, sua inserção na estrutura institucional do Estado brasileiro. Estado este compreendido e configurado a partir da Revolução de 30 e empen-

dedor inicial do arcabouço de uma malha administrativa territorial, cujo objetivo era arrolar informações e dados com o intuito de produzir políticas públicas para regulamentar e incentivar o conhecimento sobre o território brasileiro e as possibilidades de efetivar a exploração e a organização capitalista do espaço. Registra-se que Delgado de Carvalho, produziu, seja no âmbito interno, seja no que se representa sobre a importância do significado funcional geopolítico do Brasil na América do Sul um mapa que considera o Brasil e sua importância na região de influência comandada pelos Estados Unidos. Ou seja, o esforço da oficialidade brasileira para representar-se diante do Brasil que já se urbanizava no início do século XX, da importância e função do Brasil no cenário da Segunda Guerra Mundial, e no que se sucedeu, como mundo pautado pela Guerra Fria.

Sua formação europeia é sempre lembrada na análise sobre sua concepção metodológica sobre a Geografia, a História e as Ciências Políticas e Sociais.

Delgado de Carvalho era filho de brasileiros. Na ocasião de seu nascimento seu pai era Secretário da Legação do Império. Delgado de Carvalho passou toda sua juventude na França e recebeu toda a sua educação em escolas europeias. Iniciou os seus estudos em Londres, onde residia com sua avó, a viscondessa de Tourinho, desde que seu pai fora transferido para Bruxelas. No colégio de São Tomás de Aquino, em Lion, bacharelou-se em Letras, em 28 de setembro de 1905. cursou Direito na Universidade de Lausanne. Nesta mesma época, lecionou História da Civilização num colégio francês. Mais tarde ingressou na Escola de Ciências Políticas de Paris onde graduou-se na Secção Diplomática, fazendo a seguir o curso da Escola de Economia e Política de Londres.

(Pires, 2006:8)

¹ Este texto só foi possível a partir da pesquisa bibliográfica realizada pela bolsista FAPEMIG, Watuse Miriam de Jesus Geraldo a quem agradeço o excelente trabalho.

Ao se diplomar em Paris com o estudo “*Le Brésil Meridional-étude économique*” e se estabelecer definitivamente no Brasil, Delgado de Carvalho inicia uma longa jornada de produção política científica e de metodologia de ensino que se torna referência para o desenvolvimento da ciência geográfica e sua institucionalização na rede de ensino superior e elementar no país. A Geografia de Delgado de Carvalho era pautada pelo contexto no qual ele viveu, portanto de forte influência francesa e inglesa; com o passar do tempo, a sua atuação profissional no Brasil viria incorporar novas influências e, desse modo, consolidar uma Geografia pautada pela análise da paisagem em busca de inter-relações entre os fenômenos físicos e humanos na busca da síntese geográfica que, assim, conformaria a formação da Geografia Regional, enquanto espaço onde tais inter-relações assumiriam uma combinação específica. Tal método caracteriza o que conhecemos como Geografia Tradicional, a primeira sistematização acadêmica de uma Geografia recém-institucionalizada no mundo ocidental. O auge de sua contribuição ao ensino da Geografia está no período do primeiro governo de Getúlio Vargas quando da criação do CNG (1937), do IBGE (1938) e da Universidade do Brasil (1937), onde foi professor da Faculdade de Filosofia e responsável pela cátedra de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História até sua aposentadoria por idade no ano de 1954. Desde 1939, os cursos de Geografia e História eram unificados, tendo sua separação ocorrida em 1955. Assim, consta que mesmo lotado no curso de História, Delgado de Carvalho também ministrava aulas no curso de Geografia da então Universidade do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. Foi professor do Colégio Pedro II, da Escola Normal do Distrito Federal e responsável pelo curso superior de atualização de professores do ensino fundamental (1926). Um outro dado importante para a compreensão de sua obra diz respeito ao seu interesse pelas relações internacionais, diplomacia, estudo das fronteiras e a geopolítica. Em 1955 assume no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores a cátedra de História Diplomática do Brasil.

O tema das fronteiras políticas entre as nações exerceu sobre Carvalho grande interesse, e é o tópico que abre a sua Geografia do Brasil, espécie de trabalho corográfico para o Ensino Médio. Esse era um grande tema que envolvia Raja Gabaglia, Evarado Beckenhauser e Delgado de Carvalho nos anos 1920. Esses protagonistas construíram ou deram vida e energia aos ambientes institucionais onde circulavam os estudos geográficos, políticos, militares, educacionais, no coração do Estado brasileiro (Conselho Nacional de Geografia, IBGE,

Universidade do Brasil, Colégio Pedro II, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade Geográfica do RJ, ministérios etc.). Era a geografia com preocupações de ordem estatal, territorial, educacional. Na realidade, uma preocupação amplamente elástica e correspondente às imensas demandas que esses personagens tiveram diante de si (cf. Machado, 2004), demandas advindas das instituições nas suas fases emergentes.

(Barros, 2008: s/p)

Junto com a professora, historiadora e geógrafa Therezinha de Castro (1930-2000) publicaram vários artigos sobre Geografia e Geopolítica na Revista Brasileira de Geografia, no Boletim Geográfico do IBGE e na editora da Biblioteca do Exército. Entre outros, em 1960 editam o **Atlas de Relações Internacionais**.

Autor de **Geografia Regional do Brasil**, livro adotado no Colégio Pedro II (1934) e depois ampliado em nova edição para o ensino oficial (1943), Delgado de Carvalho analisa a então divisão regional do Brasil, quando o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia faziam parte da então Região Leste do Brasil. Nesta obra refere-se à Zona da Mata Mineira com o seguinte texto:

Entre todas as regiões de Minas destaca-se a ZONA DA MATA, em que se acham os prósperos municípios agrícolas de Juiz de Fora, Muriaé, Cataguazes, Ponte Nova, Ubá, Carangola, Leopoldina, etc. Sobre uma área de 25.000 km² vive cerca de 1 milhão de habitantes, explorando um solo fértil, onde se multiplicam os estabelecimentos de ensino agrícola e as cooperativas, onde são adotados os novos processos de cultura e onde uma sólida indústria manufatureira está implantando raízes profundas.

(Delgado de Carvalho, 1943:342).

O artigo do autor apresentado nesta Revista de Geografia tem o nome de **A Excursão Geográfica**. É a denominação recebida em sua primeira publicação na Revista Brasileira de Geografia, v. 3, n° 4, 1941.² É de se mencionar que na Publicação n° 1, Série C da Biblioteca Geográfica Brasileira, editada pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG) do IBGE, 1945, o título original ganhara um complemento: **A Excursão Geográfica. Guia do Professor**. Na apresentação escrevia o então diretor do CNG, Christovam Leite de Castro:

² **A Excursão Geográfica**, Revista Brasileira de Geografia, IBGE, v. 3, n.4, pp. 864-873, out/dez, 1941. Disponível em: [HTTP://biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)

O Regulamento da “Biblioteca Geográfica Brasileira” previu, aliás com felicidade, a publicação de uma série – a série C – destinada a divulgação de “Manuais”, que hão de ser preferentemente livros de bolsos, manejáveis, adequados a servirem de guia aos trabalhadores da Geografia, atuando em todas as suas modalidades. (...), a série C se ajusta bem em um plano de conjunto de divulgação geográfica e vem atender a uma necessidade indiscutível, a da difusão no país dos modernos métodos da pesquisa da Geografia e do seu ensino.

Coube ao eminente Professor CARLOS DELGADO DE CARVALHO, grande pioneiro da moderna metodologia geográfica no Brasil, iniciar a série, com a colaboração do distinto Professor PIERRE MONBEIG, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Assim, inaugura-se a série C com um guia destinado aos professores de Geografia para a organização das excursões geográficas, tão ao sabor da didática moderna. (...)

O destino glorioso deste opúsculo, que todos desejamos atingido o mais brevemente possível é – por mais paradoxal que possa parecer – cobrir-se do pó da estrada, encharcar-se da lama aderente, amassar-se no uso constante do professor ativo, no campo, em excursão fecunda, na companhia dos seus alunos.

Que assim seja, para o progresso da geografia brasileira.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO.
DIRETOR.

Cabe aqui ressaltar a atitude política do Estado brasileiro no empenho da formação não só do geógrafo, mas produzindo uma série de bolso, portanto, com o claro intuito de tornar esse acervo móvel e de fácil manuseio (como se fosse hoje um tablete) que pudessem estar sempre à mão do profissional; mas também sendo importante salientar ser a série C destinada em especial ao professor de Geografia.

Compartindo a referida Publicação nº 1, de 1945, Pierre Monbeig apresentava dois textos: o primeiro, **Guia para o estudo monográfico de uma fazenda**; o segundo, **Questionário para o estudo de uma cidade**.

O texto principal de Delgado de Carvalho, **A Excursão Geográfica**, havia sido publicado, como relatei anteriormente, na Revista Brasileira de Geografia em 1941, porém, além do acréscimo do subtítulo **Guia do**

Professor, fora editado em 1945 em formato novo para atender a demanda da formação do magistério em Geografia.

A Excursão Geográfica, ou mesmo **A Excursão Geográfica. Guia do Professor**, revela o método da Geografia aplicado ao trabalho de campo. O texto se inicia com a referência a leitura recente de Richard Hartshorne e seu livro **A Natureza da Geografia**, onde o autor indica que o estudo geográfico torna-se objeto geográfico a partir de sua posição e/ou situação no espaço, fato acompanhado por Preston James em artigo publicado na revista *Social Education* (vol. 5 nº5) sobre a importância da posição no estudo geográfico. Concluindo, Delgado de Carvalho escrevia:

Mas este *sentido geográfico de posição* é dado de dois modos principalmente. O primeiro, mais largo, mais geral, consiste em colocar o estudante em condições de localizar o fato ou o fenômeno no quadro natural completo. É ao mesmo tempo situação, topografia do ambiente, feições climáticas, posição em relação à ocupação humana, divisão política, linhas de circulação e comunicações. Em suma, é complexo, e o fato só tem valor geográfico quando nele integrado.

O segundo modo, consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido da direção, do quadro geográfico imediato e visível, além do horizonte.

(Delgado de Carvalho, 1941:97)

Em sua proposta o autor empreende o desenvolvimento metodológico da ciência geográfica e a indicação de formas didático-pedagógicas sobre este processo, além da busca para a Geografia de sua diferenciação dentro do campo das ciências sociais.

Desse modo, entendemos que a compreensão teórica dos processos de produção do espaço deva vir, tal como no ensino da Geografia, acompanhados da experiência de campo, onde a relação com o outro se estabelece num exercício dialético e dialógico de se compreender o lugar e seu objeto de pesquisa, e também, ao estabelecer o embate com a diferença e a consequente sistematização de dados que caracterizam essa mesma diferença, estamos procedendo a um exercício cognitivo de suma importância na formação do profissional em Geografia.

Dialogando com o professor e com o aluno Delgado de Carvalho vai apresentando seu método sobre a importância da excursão geográfica. Sua preocupação maior é o despertar da capacidade analítica sobre a paisagem.

O verdadeiro geógrafo vê e aprecia vistas e panoramas, presta atenção às cousas extraordinárias, mas, antes de tudo, ele vê e observa o normal, o que se repete, o que ninguém nota, a paisagem, mas a paisagem integral de uma região

(Op. Cit.:101)

Assim, há uma clara diferenciação entre a postura do turista e a postura do excursionista. Para tanto, o autor, indica procedimentos a serem desenvolvidos no preparo, na condução e após a excursão. Também apresenta uma sequência de temas a serem desenvolvidos e arrolados ao longo da excursão. No plano físico, há de se prestar atenção e correlacionar os aspectos presentes na topografia, nas camadas rochosas, nas águas correntes e na biogeografia. A seu ver, as relações entre os aspectos e elementos da natureza devem dar suporte ao estudo da geografia humana da região ou área de estudo. Aqui o autor sublinha a importância da elaboração de um questionário preciso de modo a se proceder ao estudo das comunidades, onde os pontos principais no levantamento do inventário, através do questionário, são: os problemas da casa, os tipos de povoamento, o horizonte do trabalho e a questão da circulação.

Muito tempo se passou desde então. Desde o esforço de Delgado de Carvalho na divulgação e orientação do ensino da Geografia. Muita tecnologia e pedagogia se desenvolveram e estão presentes na contemporaneidade. Há muito o IBGE deixou de se preocupar e produzir material e conhecimento voltados para a formação do magistério em Geografia. Contudo, não é possível fazer Geografia sem tomar a experiência empírica como passo fundamental na cognição. Não há possibilidade de formar bons profissionais, sobretudo em tempos de internet, quando a experiência virtual tende a suplantar a experiência real, sem a riqueza proporcionada pela dialética do concreto.

Por final, Delgado de Carvalho inicia sua proposta, contida em sua **A Excursão Geográfica**, com a argumentação sobre a natureza social da Geografia, sua importância e especificidade dentro das demais Ciências Sociais; dentro desta divisão do trabalho científico, a formação profissional deve vir acompanhada das experiências de campo, isto é, de tomarmos o espaço como realidade espaço-temporal e a paisagem como forma de conhecimento e cognição que caracteriza e particulariza o campo da ciência geográfica.

Se cada unidade de trabalho, em geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, adequada à matéria em vista, e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso.

(Op.cit.:98)

Que o texto de Carlos Miguel Delgado de Carvalho nos sirva de lição e incentivo no exercício metodológico para a formação de professores e pesquisadores em Geografia!

Bibliografia disponível em sítios eletrônicos:

ADAS, Sérgio. **O CAMPO DO GEOGRAFO: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. São Paulo, FFLCH – USP, 2006. 481p. Tese de doutorado. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/pt-br.php>, acesso em setembro de 2011.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Oliveira, Aldo Gonçalves. **A Geografia Escolar de Delgado de Carvalho: uma análise a partir da cartografia**. In: 12º *Encontro de Geógrafos da América Latina*. Abr. 2009. Montevideo, Uruguai. Disponível em http://egal2009.easylplanners.info/area03/3370_Albuquerque_Maria_Adailza_Martins_de.pdf, acesso em setembro de 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Estudo de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da Produção Historiográfica brasileira, 1927-1992**. In: Revista brasileira de Política Internacional, n.1, p.11-36, 1993. Disponível em <http://expertise.educacao.ws/filipemendonca/wp-content/uploads/2010/03/Paulo-Roberto-de-Almeida-Estudios-de-Rela%C3%A7%C3%B5es-Internacionais-do-Brasil-Etapas-da-produ%C3%A7%C3%A3o-historiogr%C3%A1fica-brasileira.pdf>, acesso em setembro de 2011.

ANDRADE, Manuel Correia. **A Construção da Geografia Brasileira**. In: Finisterra, v. XXXIV, n. 67-68, pp21-30, 1999. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/18222>, acesso em setembro de 2011.

BARROS, Maria Cristina Lanza da. **A História da Disciplina Geografia nas Décadas 1930 e 1940: Expressão da Fisionomia do Estado**. Campo Grande, CCHS – UFMS, 2000. 173p. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://200.129.202.51:8080/jspui/handle/123456789/785>, acesso em setembro de 2011.

BRASIL. IBGE. **Seminário “Geografia e geopolítica do Brasil: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro”** IN: http://www.ibge.gov.br/eventos/seminario_geografia_geopolitica/public.php, acesso em setembro de 2011.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **Um Ponto de Vista Geográfico nos Manuais Didáticos Brasileiros: Os Passeios e as Excursões Escolares**. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 10, n.1, pp. 93-105, 2008.

Disponível em http://www.uvanet.br/rcg/vol_10/ponto_vista.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O Projeto Pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: Curso Superior Livre de Geografia**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.36, pp. 246-256, dez.2009. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art18_36.pdf, acesso em setembro de 2011.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O Discurso Geográfico: A Obra de Delgado de Carvalho no Contexto da Geografia Brasileira – 1913 a 1942**. São Paulo, FFLCH – USP, 1994. 104p. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático Durante o Estado Novo (1937 - 1945)**. São Paulo, FCL – UNESP, 2008. 140p. Dissertação de Mestrado. Disponível em http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bas/33004048018P5/2008/ferreira_rcc_me_assis.pdf, acesso em setembro de 2011.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. **O Lugar do Ensino na Formação da Geografia Brasileira**. In: Geosaberes – v. 1, n. 2, pp. 145-159, dez. 2010. Disponível em <http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewArticle/41>, acesso em setembro de 2011.

GUERRA, Márcia. **Pardal de Clio – Delgado de Carvalho e a proposta de Estudos Sociais**. In: XIII Encontro de História da ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. Disponível em www.encontro2008.rj.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=69, acesso em setembro de 2011.

LIMA, Salvadora Cáceres Alcântara; ABREU, Silvana. **Reflexão sobre a Temática Regional e o Ensino de Geografia**. In: GEOGRAFIA Revista do Departamento de Geociências v. 14, n. 1, pp. 179-195, jan./jun. 2005. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6756>, acesso em setembro de 2011.

LOPES, Lucineide Fábria Rodrigues. **A Região Nordeste nos Livros Didáticos de Geografia**. João Pessoa, UFP, 2009. 139p. Dissertação de Mestrado. Disponível em http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/lucineide_rodrigues.pdf, acesso em setembro de 2011.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A Implantação da Geografia Universitária no Rio de Janeiro**. In: SRIPTA Nova - Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Nº 69 (5), 1 de ago. 2000. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-5.htm>, acesso em setembro de 2011.

MACHADO, Mônica Sampaio. **Historiografia da Geografia na Universidade do Distrito Federal, 1935 a 1939**. In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Disponível em www.rj.anpuh.org/resources/rj/.../Machado%20Monica%20S.doc, acesso em setembro de 2011.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **A Noção Geográfica de País na República Velha: Tratados e Limites do Brasil**. In: Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, N. 218 (20), 1 de ago. 2006. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-20.htm>, acesso em setembro de 2011.

PIRES, Marcelo Raimundo. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. Piracicaba, FCH - Universidade Metodista de Piracicaba, 2006. 101p. Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/QLXIXSNGTSMW.pdf>, acesso em setembro de 2011.

ROCHA, Genylton Odilon Rego. **Por Uma Geografia Moderna na Sala de Aula: Rui Barbosa e Delgado de Carvalho e a renovação do ensino de geografia no Brasil**. In: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 08, n. 15, pp. 75-94, 2009. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/270>, acesso em setembro de 2011.

RUELLAN, Francis. **O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional**. *Revista Brasileira de Geografia*, jan./mar. 1944, p.37-45.

Disponível em :

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201944%20v6_n1.pdf, acesso em setembro de 2011.

SALVI, Rosana Figueiredo. **Os Estudos do Tempo na Geografia Humana Brasileira**. In: Semina: Ci. SocJHum., Londrina, v. 15, n. 3, pp. 250-259, set. 1994. Disponível em www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9448, acesso em setembro de 2011.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **A Gênese da Climatologia no Brasil o Despertar de Uma Ciência**. In: Geografia, v. 28, n. 1, 22p, jan-abr 2003. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/joaolima/a%20genese%20da%20climatologia%20no%20brasil%20o%20despertar%20de%20uma%20ciencia.pdf>, acesso em setembro de 2011.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **Por uma Geografia do Clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento**. In: Terra Livre, São Paulo n. 17, pp.49-62, 2º semestre 2001. Disponível em http://www.agb.org.br/files/TL_N17.pdf, acesso em setembro de 2011.

SANTOS, Clézio. **A Cartografia nos livros Didáticos de Geografia: Contrapontos de uma Pesquisa**. In: Revista da Ciências Humanas, Taubaté, v.9, n.2, pp. 107-114, jul-dez 2003. Disponível em <http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/acartografia-v9-n2-03.pdf>, acesso em setembro de 2011.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. **Notas Introdutórias de um Itinerário Interpretativo sobre a Formação do Pensamento Geográfico Brasileiro**. São Paulo, FFLCH – USP, 1996. 236p. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Pensamento%20Geogr%E1fico-2011/Disserta%E7%E3o%20de%20Mestrado%20do%20Jorge%20Barcellos.pdf>, acesso em setembro de 2011.

SOARES, Jefferson da Costa. **O Ensino de Sociologia no Colégio D. Pedro II (1925 - 1941)**. Rio de Janeiro, CFCH – UFRJ, 2009. 138p. Dissertação de Mestrado. Disponível em http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_jefferson_da_costa_soares.pdf, acesso em setembro de 2011.

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Um Caso Clássico de Subdesenvolvimento Regional Revisitado: Notas Sobre a Formação Social e Econômica do Nordeste Brasileiro**. In: Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia (Série Estudos e Pesquisas, 73). Salvador: SEI, 2006. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=7183&date=currentDate>, acesso em setembro de 2011.

SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

Nas Referências Bibliográficas do livro acima é possível ainda encontrar os seguintes textos:

SANTOS, Marcos. Delgado de Carvalho: um gentleman cartesiano. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CASTRO, Terezinha de. Carlos Delgado de Carvalho. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

COSTA, Patrícia Coelho. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

MACHADO, Mônica Sampaio. A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra "Le Brésil Méridional". In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

[de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf), acesso em setembro de 2011.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da educação liberal. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil: pioneirismo e contribuições. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

PEREIRA, Sérgio Nunes. Delgado de Carvalho e o Ensino da Geopolítica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

PENHA, Eli Alves. Geografia Política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. O Atlântico. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. Fronteiras do Brasil no regime colonial. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Terezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. Colonização e núcleos de expansão. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. A Excursão geográfica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. Atlas de Geopolítica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. Evolução da Geografia Humana. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de**

Castro. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. Uma concepção fundamental da Geografia moderna: “a região natural”. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. CASTRO, Terezinha de. Geografia Política e Geopolítica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

CARVALHO, Delgado. CASTRO, Terezinha de. A questão da Antártica. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org). **Geografia e Geopolítica. A Contribuição de Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro**. IBGE: Rio de Janeiro, 2009. 434p. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf, acesso em setembro de 2011.

A Excursão Geográfica

Delgado de Carvalho

CARVALHO, Delgado de. A excursão geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. IBGE, v. 3, n. 4, p. 864-873, out./dez. 1941. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: ago. 2009.

O sentido geográfico

Encontrei, em matéria de conclusão de um alentado volume de cerca de 500 páginas, escrito o ano atrasado por um geógrafo americano, **RICHARD HARTSHORNE**, sob o título sugestivo *A Natureza da Geografia*, encontrei, digo, a seguinte frase que acho indispensável comunicar a meus colegas: “Não existe conjunto algum de regras capazes de determinar quais os fenômenos, em geral, que são de significação geográfica”. E para não nos alarmar com semelhante conclusão de tão exaustivo inquérito entre autores americanos, alemães, franceses, escandinavos e japoneses, o autor acrescenta: “Isto é uma questão que só pode ser determinada, em casos particulares, levando em conta a *importância direta* dos fenômenos em relação à *diferenciação topográfica* ou à sua *importância indireta* por meio da *relação de causalidade* com outros fenômenos”.

Esta explicação, concisa talvez, exige que, para um fenômeno merecer o qualificativo de geográfico, é necessário que o fator *posição* ou *situação* o venha diferenciar.

O critério me parece eminentemente aceitável; é de utilidade prática para o professor de geografia: não se trata aí de metafísica, mas de aplicação, de realização concreta das três características da geografia moderna: a *nomenclatura*, a *descrição* e a *explicação*. Podemos designar, descrever e explicar muitos fenômenos, nem por isso serão geográficos; só virão a sê-lo se o *fator posição* os venha diferenciar.

Mas este ponto de vista geográfico tem mais uma vantagem, a meu ver, capital: estabelece as estreitas relações que, com as demais ciências sociais, tem a geografia e a interdependência dos fenômenos a estudar.

Ora, nomenclatura, descrição e explicação não veem a ser exatamente também os objetivos característicos da História, porém, em vez de ser em relação à posição no espaço é em relação ao período no tempo?

Como nos achamos, por conseguinte, intimamente relacionados no campo das ciências sociais, com os nossos colegas da História!

Já em 1883, nas suas *Aufgaben und Methoden der Heutigen Geographie*, o mestre RICHTHOFEN já constatava que muitos têm a ilusão de colhêr no campo geográfico o que lá não semearam, nem plantaram. O mesmo se dá com a História: todo mundo julga que é disciplina fácil. Em geografia como em história, todos se acham em casa, à vontade. A matéria é tão simples! É simples para os que nem suspeitam a sua complexidade.

De fato, a estes espíritos simplistas devemos uma tumultuária acumulação de fatos mal dirigidos e servidos sob o nome de geografia moderna. O perigo maior que oferece este tipo de estudo geográfico foi descrito em 1934 por ISAAH BOWMAN do seguinte modo: “São os horríveis exemplos do pensamento confuso em geografia que afetam principalmente o lado humano do assunto, por meio das tentativas precipitadas de formular e aplicar novas filosofias sociais e que levaram muitos professores de ciências sociais a citar uns tantos fatos geográficos fazendo generalizações apressadas e fáceis, com escandalosa inexatidão e superficialidade”.

Durante muito tempo, ainda hoje mesmo, estamos entre dois grupos irreduzíveis: os tradicionalistas da mne-motécnica que só acreditam na geografia “fatural”, nos nomes próprios decorados e tratam tudo mais de conversa fiada... e são numerosos entre nós! e, de outro lado, a ala chamada adiantada, que reduz tudo a princípios, a leis geográficas inventadas, desdenhando por demais a nomenclatura, e que em todo fenômeno social só enxergam uma resposta ao meio, num determinismo absoluto. São os dois extremos.

Em realidade, o que precisamos, em geografia, é constatar os extremos. Devemos fazer o seguinte raciocínio, em substância: A Geografia é um ramo de conhecimentos, digamos mesmo uma ciência, que tem um valor educativo na formação do indivíduo. Ela nos interessa sobretudo sob o ponto de vista humano. É pois *uma ciência social* e, por isso, não é totalmente independente das demais ciências sociais; mais ainda, deve colaborar com as ciências sociais, deve contribuir para elas. Ora, qual é esta contribuição?

Há cerca de três meses, um geógrafo norte americano PRESTON JAMES, grande amigo do Brasil e dele profundo conhecedor, publicou um interessante artigo que, a meu ver, coloca sobriamente as cousas ao ponto. Ele descreve o que deve ser, na sua opinião, a contribuição da Geografia nos Estudos Sociais. Passo, pois, a fazer uma rápida análise do que disse num número da revista *Social Education* (vol. V n.º 5).

Temos, até aqui, demasiadamente desprezado o valor da posição como fator nas cousas humanas. Em compensação, os alemães têm prestado a este mesmo fator posição geográfica, uma atenção muito especial, fazendo-a base de sua estratégia.

A geografia na educação tem por fim, dar o sentido de posição, a “consciência de posição” diz o autor, para fatores isolados, mas em relação as cousas físicas e sociais que diferenciam as regiões da Terra. O mesmo faz a história, como já vimos, em relação ao tempo.

Mas este *sentido geográfico de posição* é dado de dois modos principalmente: O primeiro, mais largo, mais geral, consiste em colocar o estudante em condições de localizar o fato ou o fenômeno no quadro natural completo. E ao mesmo tempo situação, topografia do ambiente, feições climáticas, posição em relação à ocupação humana, divisão política, linhas de circulação e comunicações. Em suma, é um complexo, e o fato só tem valor geográfico quando nele integrado.

O segundo modo, consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido da direção, do quadro geográfico imediato visível e próximo invisível, além do horizonte. É o dom de se orientar e de pensar geograficamente. Tornar a viagem e a excursão cheias de significação e de ensinamentos, é uma das mais preciosas funções da educação.

Com semelhantes propósitos, tão precisos e claros, como estamos longe da geografia-ilustração do espírito, da geografia ornamento de cultura e de outros propósitos metafísicos na educação do indivíduo!

Outra função do ensino geográfico, segundo PRESTON JAMES, é de familiarizar estudante com o manuseio dos mapas.

É extraordinário o número de adultos que julgam estar lendo um mapa, carta topográfica ou atlas e que, entretanto, não estão percebendo o significado real de grande parte de seu conteúdo. É o que o autor chama de “analfabetismo do mapa”, inadmissível numa democracia culta. O mapa, sendo uma forma de simbolismo, precisa ser interpretado e ao mestre de geografia cabe a função de educar o estudante, capacitando-o a tirar do mapa tudo quanto nele se acha contido.

Cita JAMES o exemplo de um adulto que dissera que os norte-americanos deveriam aprender espanhol, pois, geograficamente o México estava em relação aos Estados-Unidos na mesma posição que o Canadá. Evidentemente, o mapa estava mal interpretado, mal integrado em seus aspectos diversos, o adulto adulterava a realidade.

Uma outra feição característica do ensino geográfico é o estudo da relação do Homem e da Natureza. É um perigo transferirmos os ensinamentos das ciências naturais para o campo das ciências sociais: leva a multiplicar as falsas analogias. Em ciências sociais, não existem princípios gerais de causa e efeito, (conhecidos pelo menos). A realidade é de tal complexidade e variabilidade que os casos são em reduzidíssimo número e não permitem leis ou generalizações de princípios com exemplos específicos. A regra é a exceção: quando generalizando, descreditamos o método e a própria ciência. “Reações ao meio físico” foi outrora uma fórmula interessante, mas revelou um determinismo inadmissível.

A contribuição da geografia, neste setor, pensa JAMES, será apenas de permitir uma apreciação do fator posição em relação a fatos ou fenômenos sociais. A geografia se presta a estabelecer contactos, correlações; coordena e colabora mas não obedece a princípios oriundos de outras ciências sociais.

“Uma região, diz o autor, não pode ser descrita como favorável ou desfavorável ao estabelecimento humano enquanto não se tiver tornado tal pela ocupação de um grupo específico”. É resultado do momento histórico e do estágio cultural. A falta de meios de aquecimento apropriados teria sido a razão da não ocupação da Europa Central pelos gregos e romanos. Tal seja o aparelhamento cultural de um grupo, amanhã talvez seja ocupado e povoado o Spitzbergen ou centro do Saara! Quantas cousas não foram tornadas possíveis, em geografia humana, pela revolução industrial! A cada estágio novo de civilização podemos esperar uma modificação profunda na especificação do fator situação, isto é, no fator posição geográfica.

Em páginas de admirável sentido geográfico, já traçou EVERARDO BACKHEUSER as diretrizes geo-políticas da evolução do nosso continente.

Prova isso tudo, quanto o estudo da posição relativa deve constituir um incentivo para aprofundar os estudos dos meios físicos que condicionam a distribuição dos seres sobre a superfície da Terra.

O norte-americano conclue mostrando quanto devem estar alertas o espírito do geógrafo-estudante e sua capacidade de observar, de apreciar paisagens, de notar os significados das cousas no horizonte. Em suma, precisa tornar-se um *viajante-inteligente*.

As excursões geográficas

O jovem professor de geografia, treinado nas nossas universidades, se acha compenetrado das ideias modernas aplicadas ao ensino de sua matéria. Ele sabe, por exemplo, que o professor nunca deve “dominar a situação”, mas esperar o “despertar do interesse” no aluno, ele foi ensinado a levar os seus educandos habilmente ao desejo de conhecer, a sentir a necessidade de **pesquisar**. Ele está consciente de poder realizar este objetivo da pedagogia moderna, considerado hoje como capital.

Entretanto, a êste mestre cheio de entusiasmo sadio, é entregue um programa, do qual a primeira linha apresenta a expressão: “Sistema solar”. A meninos e meninas de onze anos, em primeira série, ele vai ter de ensinar, sem “dominar a situação”, bem entendido, o sistema solar. Duas noites sem sono vai ele, pelo menos passar, meditando o modo de despertar o interesse dos alunos sobre o plano da eclíptica e fazê-los sentir a necessidade de conhecer as órbitas dos planetas inferiores.

Talvez, na sua insônia, seja levado a se aproximar da janela e a contemplar a noite. Se for estrelada, ele pensará consigo mesmo: “Ah... se minha aula fosse à noite, eu poderia facilmente alcançar meu objetivo... Teria apenas de esperar as perguntas dos alunos que, com certeza, não falhariam; eu então entraria no assunto”.

O jovem professor teria razão: a sua intuição confirmara os ensinamentos que lhe foram ministrados. O *contato com a realidade* determinaria, por si só, o início de todo um processo de aprendizagem.

“A Natureza, não é um mecanismo morto”, já dizia CARL RITTER. Ora, nós somos seres vivos e nada do que é vivo e evolue nos pode ser estranho. Não há, para os vivos, maior fonte de interesse do que a vida, e os nossos alunos não escapam ao impulso de conhecer os fenômenos que a condicionam.

Assim sendo, o segredo do interesse geográfico está apenas no estabelecimento de contatos com a Natureza, escolhidos com acerto os fenômenos que se processam sobre a superfície do globo ou sobre ele atuam.

Quantas vezes não somos nós, professores de geografia, solicitados pelos nossos alunos a realizar com eles pequenas excursões! Não há pretensão mais justificada de sua parte. Uma boa excursão, bem executada, equivale, a meu ver, a muitas aulas.

Se cada unidade de trabalho, em geografia, pudesse ser precedida de uma excursão, adequada à matéria em vista, e ser concluída com outra excursão de fixação e revisão, tenho certeza de que o curso de geografia seria um sucesso. A questão se reduz, em muitos casos, a um arranjo de horário, a uma distribuição de tempo e de recursos, em suma, a um caso de organização escolar em que o professor de geografia não é o único a ser consultado e ouvido.

Meu colega e amigo o Prof. Luiz ALVES DE MATOS, em seu *Curso de didática*, na Universidade do Brasil, estabeleceu alguns pontos, a respeito das excursões, que julgou fundamentais e que eu tomarei a liberdade de comentar, pois coincidem, mais ou menos, com o que tenho procurado fazer, neste setor educacional.

1 - O primeiro ponto que deve ser frisado nesta discussão é o chamado *preparo preliminar*. Não creio que seja possível, a não ser por acaso, improvisar uma excursão geográfica, com inteiro proveito, bem entendido. Entre as possibilidades, isto é, entre condições exequíveis em vista dos recursos, o professor precisa fazer uma escolha que venha satisfazer os propósitos que tem em vista.

A maior parte das vezes, um plano de excursão corresponde a um certo propósito, mas as oportunidades que ela oferece correspondem a vários outros propósitos. Nestas condições, há interesse em aproveitar o mais possível as oportunidades que podem surgir: daí a necessidade do professor preparar a excursão de antemão.

Depois de determinados os *objetivos essenciais* da excursão e de escolhido os pontos a visitar e a ocasião, o professor deve, a meu ver, tratar de ir pessoalmente percorrer os pontos em que pretende passar com os seus discípulos.

O passeio preliminar do mestre tem três vantagens consideráveis. Em primeiro lugar, o que vai ser objeto de estudos não será para ele, à última hora, uma fonte de surpresas e de encontros inesperados. O prestígio do professor, principalmente quando é moço ou inexperiente, se acha consolidado pela segurança de suas reações, pela sua atitude prevenida, pelo seu conhecimento prévio. Em segundo lugar, as oportunidades de informações sobre o assunto visado, assim como sobre observações laterais se acham enriquecidas pela visão que o mestre teve dos fenômenos vários do meio visitado. Em terceiro lugar, os contatos sociais que, porventura, tenham de ser estabelecidos, são decididamente mais valiosos quando prevenidos e esperados. Eu mesmo devo dizer que, na Faculdade de Filosofia, quando preparo uma visita a um departamento público, onde meus estudantes vão ter contato com as realidades do que estudamos teoricamente, acho preferível prevenir os meus amigos da repartição visitada, que sempre se têm mostrado acolhedores e úteis, tornando a visita agradável e proveitosa à turma de geografia.

2 - O segundo ponto é o que o Prof. MATOS chama o *preparo psicológico*. Uma excursão é um passeio, mas não unicamente um passeio. O excursionista é um turista com responsabilidades. O turismo hoje em dia cobre as ocupações as mais diversas, mas o excursionismo é diferente nos seus propósitos. Na excursão, o observador sai do curso normal da trajetória diária de sua vida *ex-cursus* para ter uma vista complementar de fenômenos que o interessam.

Assim sendo, não é essencialmente uma *atividade recreativa*, pois não tem finalidade em si mesma: o seu objetivo está além da atividade despendida. Ora, este objetivo precisa ser fixado de antemão.

Supõe isso, em consequência, uma preparação por parte dos interessados.

Nas aulas que precedem a excursão, é essencial que sejam debatidos os tópicos destinados a serem observados no contato das realidades.

Se o mestre já está familiarizado com a paisagem física e social dos pontos a visitar, ele estará em condições de insistir, em aula, sobre os assuntos que a oportunidade apresentará em exemplos vivos.

Suponhamos que um riacho da vizinhança ofereça grande número de meandros e deva ser ponto de passagem. No decorrer de suas lições em aula, o professor poderá insistir, com o auxílio gráfico no quadro negro, sobre todas as circunstâncias das formações de meandros. A observação do riacho passará a ser um dos pontos acessórios da excursão, mas não deixará de constituir um ensinamento proveitoso.

Já tive ocasião, em excursões, de encontrar oportunidades que surgiram de vistas laterais, secundárias ou acessórias, em relação ao objetivo principal, e que enriqueceram muito mais os conhecimentos do que o próprio objetivo prefixado ou finalidade do passeio.

Lembro-me de uma excursão histórica feita, no meu tempo de colégio, a um campo de batalha da guerra dos Cem Anos (que por sinal nada tinha de muito característico topograficamente) e que ficou totalmente eclipsado, no seu propósito educativo, pelo encontro, num café de aldeia, de um velho, quase centenário, que tinha sido soldado de Napoleão I. O entusiasmo dos colegiais, às nossas perguntas inesperadas e o ar desconfiado do velho nunca me saíram da lembrança.

3 - O terceiro ponto é relativo a *organização da excursão*. Em regra, envolve um certo número de questões materiais, mesmo depois dos assentimentos obtidos das autoridades.

É frequente existir, no corpo *discente*, grêmios, sociedades, centros ou grupos sociais formados de alunos que tomam a si a organização de passeios, excursões e outras atividades.

Quando faltam semelhantes órgãos permanentes de *atividades ditas extra-classe*, é sempre possível ser constituído, na própria turma, um pequeno grupo da boa vontade que se presta a tomar a *lista dos nomes dos excursionistas*, estudar os *horários*, informar sobre *transportes e despesas prováveis*, sobre *itinerário* e outras particularidades da viagem.

Quando a excursão toma o aspecto de convescote, os problemas têm uma feição de especial interesse. É bom, todavia, sem abater o entusiasmo dos viajantes, não deixar esta particularidade acidental tomar demasiada importância.

Os professores que têm alguma prática sabem ser um dos pontos nevrálgicos da excursão, isto é, da saída do curso normal da vida, como disse, o problema da disciplina. O assunto nos levaria um tanto longe, de mais a mais que varia, muito com as condições das turmas excursionistas e também com o gênio, a idade e os hábitos do professor que toma a responsabilidade do passeio. Por isso, é bom os alunos serem cedo treinados nos bons princípios da auto-disciplina, da ordem e da conformidade às decisões tomadas, da obediência aos sinais e chamados.

4 - O quarto ponto pode ser intitulado: a *Observação dirigida*. É esta a parte capital do trabalho. Já discuti longamente o *sentido geográfico de posição e situação*, a necessidade de constituir, no educando, uma *consciência do espaço*, de dotá-lo de uma *faculdade de ver e observar*, de se ambientar topograficamente, isto é, de interpretar paisagens geográficas.

Ora, o aluno médio, se não encontra no seu caminho alguma coisa que solicite a sua atenção ou sua imaginação, não observa nada de especial. O que o impressiona é o anormal. Cabe ao professor ensinar-lhe a observar o *normal*.

As faculdades de observação do educando precisam ser treinadas, neste sentido que faz parte do ensino prepará-lo a fazer a si mesmo *perguntas* inteligentes e procurar *respostas* adequadas. Para o mundo físico, para o mundo biológico, para o mundo social, há questões fundamentais que devem ser respondidas se queremos ter uma noção das realidades geográficas do ambiente.

É verdade que o espetáculo que se oferece à nossa visão é um conjunto, é um complexo, uma integração de realidades de ordens diferentes. Por isso mesmo deve o educando estar treinado a analisar os fatos, de acordo com os *elementos que lhe foram fornecidos* pela disciplina estudada.

Mas este assunto ultrapassa em significação um simples item da excursão geográfica -- é todo um método em si e, como tal, deverá ser encarado à parte. A observação dirigida não é outra coisa, no que nos diz respeito, do que um processo de utilização visual do meio geográfico para a educação.

5 - Em quinto ponto, todos os educadores que tratam de excursão, geográfica ou outra, são unânimes em afirmar que os *relatórios de alunos*, depois da excursão, constituem uma condição de aproveitamento de grande valor e significação .

Para que a atenção dos excursionistas seja mantida durante o passeio, para que fiquem estimulados no seu trabalho de ver, observar, notar e contar, é essencial que fique claramente estabelecida a obrigatoriedade de apresentar uma relação do que foi feito e registrado, sob as vistas do professor ou suas sugestões.

A execução do relatório pode variar de um aluno para outro, de um grupo para outro; pode ser uma descrição cronológica, uma narração, uma série de respostas a um plano preliminar. Muito depende aí do professor, da *parte* que tomou pessoalmente nos pontos observados. Em regra, me parece preferível o relatório *individual, lido em classe e discutido*, versando apenas *sobre* certos tópicos de importância geográfica, deixando de lado a parte descritiva, *quando não é essencial* à compreensão ou à interpretação do assunto.

Na minha opinião, a excursão geográfica, que deve ser integral, isto é, abranger o meio físico, o meio biológico, social, histórico e econômico, a excursão geográfica é uma grande síntese de vida, é um ensinamento de incalculável alcance quando os educandos são postos esclarecidamente em contato com as realidades.

No nosso ensino do século XX, em que as necessidades do estudo têm isolado as realidades em campos especializados, em que, aos pedaços, por assim dizer, é ministrada a cultura, como se a Ciência não fosse uma, como se todos os seus ramos não fossem interdependentes, acho que a excursão geográfica vem aproximar a Escola da vida real, restabelecer as conexões necessárias e, apesar da complexidade dos fenômenos, torná-los mais vivos, mais significativos, mais cheios de ensinamentos ao mesmo tempo que mais acessíveis aos jovens, inculcando-lhes amor à nossa disciplina.

"Mas, dirá o professor que passou duas noites em claro, e... o plano da Eclíptica e a inclinação do eixo da Terra?" Vá tranquilamente dar sua aula, meu bom amigo, não tenha receio. Leve a turma para o pátio ou para o jardim; faça-lhe observar as posições do Sol; se algum deles perguntar porque é tão quente o verão, diga-lhe que, na pedra da sala de aula poderá explicar melhor, volte à sombra, e discuta o plano da eclíptica que é isso mesmo que ele ficou com vontade de saber.

O estudo da paisagem

Enquanto a geografia aparecer ao aluno secundário como uma disciplina que nada tem com a sua vida de todos os dias, enquanto for, para ele, um assunto divorciado da experiência prática, não podemos esperar que desperte o seu interesse, que venha a representar uma realidade de todos os momentos.

De tudo quanto é submetido à nossa inteligência, procura a ciência fornecer aplicações palpáveis, exemplos típicos que justifiquem o conhecimento. Para a geografia, o exemplo por excelência, a situação concreta é a excursão geográfica.

Procurei esboçar a preparação e a organização da excursão, na qual toma parte uma turma de geografia. Vem ao caso lembrar as feições *principais do que se poderia chamar, em excursão geográfica, o estudo da paisagem*.

O indivíduo que percorre uma região; à procura de alguma coisa que chame a sua atenção, o indivíduo que espreita o pôr-do sol para observar efeitos de luz, o indivíduo que só cuida de vistas pitorescas ou de panoramas grandiosos talvez seja um artista, talvez seja um filósofo, mas não é um geógrafo. O verdadeiro geógrafo vê e aprecia vistas e panoramas, presta atenção às cousas extraordinárias, mas, antes de tudo, ele vê e observa o *normal*, o que se repete, o que ninguém nota, a paisagem, mas a paisagem integral de uma região.

Quando, no linguajar familiar, se diz de uma pessoa que olhou para alguma causa como “um boi para o palácio”, a ideia é que, espiritualmente, a coisa não determinou nela reações superiores às que provocaria num boi. Bem sei que o gado vacum tem frequentemente uma atitude meditativa, feita de calma e de resignação: nada de mais sugestivo do que uma vaca que vê passar um trem e, em seguida, recomeça a pastar. Esta equanimidade não é recomendável, pelo menos em excursões geográficas.

Entretanto, é forçoso confessar, que não é muito fácil uma pessoa interessar-se de um modo inteligente e proveitoso por tudo quanto lhe cai sob os olhos. Ver, ouvir e contar são três processos que nem todos estão em condições de empregar. É necessário *saber* observar.

Não escapou aos maiores geógrafos, navegantes e exploradores, a necessidade de ensinar a *arte de ver* e compreender os fenômenos geográficos. Em 1874, o DR. NEUMAYER, diretor da “Seewarte” alemã, escreveu dois volumes sobre as observações científicas em viagem (*Wissenschaftlichen Beobachtungen auf Reisen*). Doze anos depois, o grande explorador RICHTHOFEN dava um alentado volume de 700 págs.: o guia do viajante-explorador *Fuhrer fur Forschungsreisende*). A Sociedade Real de Geografia de Londres publicou também dois volumes - *Conselhos aos viajantes* (“*Hints to Travellers*”). Muitas outras publicações poderiam eu aqui citar, destinadas a formar, entre os geógrafos de um país, os observadores destinados a tomar contato direto com as realidades e, por meio de novas informações, contribuir ao progresso da Geografia.

Se tal coisa é necessária para determinar, entre adultos, vocações geográficas, não é de admirar que os professores, desejosos de formar pequenos geógrafos, também procurem sistematizar os conhecimentos indispensáveis à observação geográfica.

Deste segundo e mais modesto tipo de trabalho temos já alguns exemplos. Citarei dois apenas: o *Regional Survey* da MABEL BARKER, professora inglesa, e o *Pequeno guia do viajante ativo* do Professor DEFFONTAINES.

Falei dos cinco pontos fixados em aulas de didática pelo Professor LUIZ ALVES DE MATOS - isto é, 1º o *preparo preliminar*, 2º o *preparo psicológico*; 3º a *organização da excursão*; 4º a *observação dirigida*; 5º os *relatórios*.

A sistematização à qual estou aludindo agora é pois relativa ao 4º ponto - a observação dirigida, destinada a dar o sentido geográfico da posição e do espaço ao jovem observador.

Para vencer um obstáculo, todos nós sabemos que o velho princípio consiste em subdividir as dificuldades. Equivale isso a dizer que, para adquirir conhecimentos, é indispensável organizar um questionário do que se quer saber.

A primeira subdivisão, que, a meu ver, se impõe é distinguir uma parte de *geografia física* e uma parte de *geografia humana*; em outros termos, uma *parte condicionante* e uma *parte condicionada*. Bem sei que a realidade sendo complexa, há ação e reação dos dois elementos, esta reciprocidade de influências será em tempo observada e examinada.

I - A primeira noção a adquirir deve ser de *conjunto*. É a *topografia da região* que precisa ser analisada e definida. Limitada pelo horizonte visual, qual a vista que temos, qual o qualificativo geográfico que lhe cabe? É planície ou é relevo? Se fôssemos exploradores, teríamos que fazer considerações geológicas; sendo somente observadores, vejamos apenas se o *solo* é rochoso, se é granito, gneiss, ou simplesmente argila; também pode ser arenoso ou calcáreo. Algumas rochas típicas, apanhadas a distâncias várias, talvez venham esclarecer sobre a *natureza do solo*.

Se houver cortes no caminho ou na estrada, uma pausa no local permitirá aquilatar a *profundidade média da camada superficial*, ou solo arável. Indica até que ponto processou-se a decomposição ao ar livre, onde começa a rocha. A Côr também dá indicações; por fim, convém averiguar se é permeável ou não. Se *nomes locais* são dados a certos tipos de terrenos, é bom notar para ulterior inquérito.

II - Estas notas preliminares servirão à segunda série de observações: qual a *posição das camadas rochosas*? Os cortes da estrada, muitas vezes, esclarecem também este ponto: as camadas podem ser *horizontais* ou estarem *inclinadas*. Ao professor cabe chamar atenção para alguma falha ou camadas *discordantes*. O fenômeno é mais comum do que parece: a questão é procurar. O relêvo que se apresenta deve ser explicado em suas prováveis origens: é *dobramento*, *fratura* ou simples *erosão*? É na vizinhança das águas correntes que o fato pode ser apurado.

Qual o aspecto do relevo da região, as partes baixas, as altas - meias laranjas ou tableiros, picos acantilados, paredões ou simples ondulações?

Se o *mapa* dos excursionistas for de grande escala, ou 1/100.000 ou 1/200.000 será fácil situar a região numa família topográfica que abrange certa área.

Aí convém que os jovens geógrafos utilizem livremente o lápis para *cortes*, *perfis* e sumários, mas que gravem e fixem a topografia. Não se vise unicamente a perfeição do desenho.

Se a região é *montanhosa*, emaranhado do relevo precisa ser observado para marcar diretrizes principais das *lombadas*. Para isso, convém procurar alcançar posições acessíveis mais elevadas, a fim de traçar os *vales*, os *espigões* e as *depressões*.

III - Chegando assim à terceira ordem de fatores, resultantes dos primeiros, observam-se as *águas correntes*.

No exame dos rios que o grupo excursionista encontra, a origem das águas e sua *direção definitiva* devem ser procuradas no mapa municipal ou no mapa de grande escala. Só um trecho do rio, pode evidentemente vir a ser observado. Nota-se a corrente, lenta ou veloz; a largura, os meandros, etc..

Tomadas estas notas de modo aproximativo, examinam-se as *margens*, baixas ou elevadas. Sempre, nas curvas, convém verificar a aplicação das regras fundamentais de fisiografia: onde estão *acumuladas as areias*? Quais os desgastos das margens côncavas? Os ribeirões e riachos devem chamar a atenção e uma pausa na *confluência* é sempre um espetáculo instrutivo. Uma *cachoeira*, um *riacho* são também pontos obrigatórios de pausa, onde perguntas e respostas devem ser provocadas.

Nas notas tomadas pelo grupo, uma coisa importante deve ser feita: refiro-me as perguntas que sobre o regime e *distribuição das chuvas* e dos *períodos secos*, deverão ser feitas a pessoas do lugar. Também deverão ser feitas indagações sobre as *enchentes*, sua frequência, sua altura *normal* e *anormal*. Se há vestígios de *aluvões recentes*, examinem a sua natureza: seixos, areias, terra, vegetação decaída.

IV - A quarta ordem de fatores refere-se à *vida vegetativa e animal* da zona. A vista de conjunto revelou que se tratava de *mata*, de *campo nativo*, de *bosques*, de *cerrado* ou de *caatinga*. Os botânicos do grupo serão chamados a dar os nomes das espécies mais numerosas. A localização das matas deverá ser cuidadosamente observada, indicando se cobrem os *morros*, os *declives*, as *baixadas* ou se seguem os rios, como *matas ciliares* ou "pestanas de rios".

Se, na região, há propriedades demarcadas, a vegetação é, por vezes, em-pregada para *cercas*.

As *áreas marginais* das matas indicam limites de vegetação; ao segui-las, o grupo talvez venha apurar porque apresenta a vegetação contrastes nesta zona.

Os amadores de *passarinhos* e outros *animais* deverão ser encarregados de explorações sobre a fauna silvestre da região.

Ao pessoal do lugar, serão reservadas questões sobre todos estes assuntos que não tiverem sido respondidos pela simples observação dos fatos.

Muita vezes, perguntas feitas a pessoas que moram na localidade, não são sempre bem interpretadas.

Em matéria de chuva, por exemplo, é bom não se fiar demasiadamente nas declarações que façam, em regra, pelo exagêro, ora contra, ora a favor, segundo

estado de saúde e o humor do informante. No preparo preliminar da excursão, convém pois que o professor esteja munido dos dados climatológicos, chuvas e temperaturas, da zona, ou dos postos meteorológicos mais próximos.

Ficará pois, assim, mais ou menos completa a visão fisiográfica superficial da região estudada e poderá a turma empreender então a interpretação antro--geográfica.

O estudo das comunidades

Estudado o conjunto, seu *aspecto topográfico; a natureza e estrutura das formas do terreno, o trabalho das águas correntes e, por fim, a vida vegetal e animal* nas áreas consideradas, acha-se o observador de posse de uma relação sobre *fisiografia* que muito auxiliará a segunda parte de sua tarefa: o estudo das comunidades, isto é, a *geografia humana* da região escolhida.

Não conheço assunto algum em que seja de maior importância do que neste, a preparação de um *questionário* preciso, circunstanciado e completo. Trata-se, em realidade, de sociologia aplicada à geografia. *O método do inquérito* é, pois,

que aqui se impõe, insistindo porém, sobre o valor e significação dos fatores geográficos locais.

A meu ver, a primeira ordem de perguntas é formular, para prender imediatamente o nosso interesse à localidade estudada e relativa à *história de seu povoamento*.

Qual o município que visitamos? Quando foi criado? Quais foram os seus primeiros ocupantes? onde estabeleceram-se? Que faziam? De onde vinham

e porque vieram? Frequentemente muitas perguntas deste gênero só podem ser provisoriamente respondidas, necessitando de ulteriores esclarecimentos e confirmação.

O segundo grupo de perguntas que deve figurar no questionário refere-se à *ocupação do solo* e aos espaços livres.

Observemos as paisagens que revelam interferência humana por meio de alterações e vestígios: estradas, culturas, postes, cercas, habitações e notemos os espaços em que não há evidência de imediato aproveitamento. Isso nos leva à observações preliminares de capital importância: Onde se acham, na paisagem geográfica, os pontos habitados? Como estão agrupados? Porque estão agrupados do seguinte modo: na orla do mato, na várzea ou no espigão? À beira da estrada, no alto ou no baixo, perto do córrego? A que distância da vegetação mais densa?

O que neste grupo de perguntas procuramos saber preliminarmente, não é propriamente qual o tipo de povoamento urbano ou rural, mas apenas a *resposta humana aos imperativos do meio físico*.

Satisfeitas estas preliminares entramos no inquérito sistemático que podemos, para sua metodização, dividir em quatro pontos principais:

Os problemas da casa.

2. Os tipos de povoamento.

3. O horizonte de trabalho.

4. A questão da circulação.

1) Entre os *problemas da casa* destaca-se logo em primeiro lugar o do *suprimento de água*. Onde fica situada a habitação rural típica da zona em relação aos mananciais d'água? De onde proveem as águas? São pluviais, de nascentes, de poços, de córregos ou rios? Qual o aparelhamento geralmente em uso para a sua obtenção? Em conexão com as águas, convém observar quanto antes se é utilizada para irrigação ou se é canalizada para força motriz de trabalho industrial. Neste último caso, não convém esquecer as perguntas relativas à situação criada, na comunidade, pelo período de seca.

Enquanto a turma está se informando sobre a questão do suprimento de água, seria interessante que os mais hábeis desenhistas estivessem esboçando croquis de casas típicas, distinguindo as casas de morada das oficinas, das tulhas, das cocheiras, pocilgas, granjas ou outras construções.

Entraríamos assim no primeiro questionário relativo à estrutura da casa: o problema *do muro*. Qual o material para arcação e para paredes: pau a pique, barrote, taipá, adobe ou madeira, tijolos, pedra, etc.? Uma estreita ligação deve ser aí observada com o material, fornecido pelo ambiente imediato, ou com o material importado de outra zona. Se puder ser notada alguma diferença entre uma casa velha e uma casa nova nos seus respectivos materiais e tipos de construção, a observação será preciosa. Qual a cor do reboco?

O segundo ponto de estrutura é o *problema da cobertura* da casa. Qual é o clima que o telhado, nesta zona, precisa enfrentar? Qual o material? Sapé, folha de palmeiras, zinco, ardósias, telhas ou madeira lascada? Qual a sua inclinação? Quantas águas e que forma apresenta? É forrado ou de telha vã? Comporta um depósito ou cômodos?

A forma do teto é talvez, sob o ponto de vista artístico, a feição mais característica na paisagem humana de uma região. Não devem ser omitidas, nos esboços, nem a casa típica, nem as casas de importância social, como a igreja ou as sedes oficiais.

O terceiro problema da casa propriamente dito é o *problema das portas e janelas*. Como é a disposição dos pontos de acesso e de iluminação, seu tamanho e forma, sua proteção e sistemas de veneziana. Cada localidade possui experiência própria e constrói de acordo. Varandas, terraços, alpendres: tudo deve ser notado quando se repete com certa frequência, pois revela aspectos da vida social.

O quarto problema é o *problema dos anexos*. Existe evidente relação entre as construções rurais e o horizonte de trabalho; mas é essencial observar quais os anexos sistematicamente repetidos na zona, abrigos de animais, colmeias, galinheiros, tanques para patos, etc.. Os depósitos para colheitas, as áreas destinadas a conservar adubos ou esterco, são indícios de processos culturais.

Em relação à casa e a seus anexos, é quase inútil lembrar a importância considerável do esboço de *plantas das construções*. Os dispositivos de peças habitadas, de peças comuns, passagens, distâncias e áreas ocupadas constituem a revelação de um tipo de vida social.

O elemento feminino da turma deverá apresentar suas valiosas observações sobre o *problema da cozinha* - fogão de lenha ou outra, suprimento de combustível, e natureza da *dieta*: só este ponto é por si só todo um inquérito social.

2) Chegamos assim ao que qualifiquei de segundo ponto do estudo da geografia humana: os *tipos de povoamento*.

Aí novamente devem ser levados em consideração os imperativos do meio físico. Ao exame sumário feito preliminarmente, deve suceder agora um inquérito mais minucioso sobre:

a) o *agrupamento de casas*: a forma da aglomeração rural - nas estradas, com a distância média em que se acham as casas umas das outras nas ruas da aldeia com a ordem, orientação e posição respectiva das casas.

b) os *logradouros públicos* - os edifícios públicos - localizando também o comércio, as vendas, botequins e cafés - Um esboço topográfico da zona principal será de grande auxílio para o relatório final.

c) os pontos de passagem, pontes, vaus, estradas principais - revelam as *funções da coletividade social*, a razão de ser da aglomeração ou aldeia. A esta última série de perguntas, é que satisfaz a descrição dos tipos sociais predominantes: pescador, pequeno fazendeiro, horticultor, lenhador, minerador, garimpeiro, morador, colono, agricultor ou criador, industrial, etc.. "Em geral diz DEFFONTAINES, no seu pequeno guia do viajante ativo, uma região não é caracterizada por um único personagem típico, mas por uma associação de alguns personagens que dão uma feição especial à população." Isso nos leva, pois ao terceiro ponto do estudo.

3) Trata-se do *horizonte do trabalho*, que pode ser considerado como a resultante econômica das possibilidades oferecidas pelo meio físico. Aí também podemos distinguir várias categorias de ocupação:

a) O *trabalho agrícola*, em primeiro lugar. Convém, para isso, observar a cultura principal da localidade e as culturas que se acham com ela associadas. Como são distribuídos os campos de cultura? Quais as suas formas características? Quais as suas cercas? Em todos os distritos, mais ou menos auto-suficientes, existe um certo grau de policultura. É de interesse relacionar as principais culturas com as condições econômicas do meio. Só os moradores poderão responder adequadamente sobre as épocas de semear, plantar e colher, com particularidades locais. A criação do gado precisa ser registrada do mesmo modo, acrescentando noções a respeito da origem dos reprodutores e os seus tipos predominantes. Quais os animais usados no trabalho agrícola? É o momento de formular perguntas sobre os processos de trabalho: a lavoura é de enxada, de arados ou já dispõe de aparelhos mecânicos?

b) Os *ofícios diversos* devem ser estudados por uma das secções da turma de excursionistas. Se há pedreiras ou matas, com mineiros, carvoeiros, lenhadores ou outros trabalhadores, alguns detalhes técnicos de significação geográfica devem ser registrados.

A este respeito não posso esquecer um trabalho notável feito neste setor pelo artista que é MAGALHÃES CORREIA. *No seu Sertão Carioca*, este mestre da monografia social, traçou com ilustrações suas de paisagens geográficas, a vida dos pescadores, dos machadeiros e carvoeiros, dos sesteiros e das esteireiras, dos oleiros, bananeiros, caçadores e ambulantes do *Distrito Federal*. São modelos de observação para a geografia humana, que precisam servir ao Brasil inteiro, para um melhor conhecimento de sua vida social.

c) A *vida industrial*, terceira categoria a estudar, deve ser observada se a região escolhida inclui fábricas, manufaturas e oficinas de construção, estaleiros ou qualquer indústria de importância. Este estudo envolve muitos elementos novos, entre outros, a questão da casa operária, a questão da mão de obra e sua proveniência, as questões das técnicas, das matérias primas empregadas, dos abastecimentos, da produção.

d) A *vida recreativa* também pode ser examinada em conexão com o horizonte de trabalho, porque, os jardins, parques, passeios e mesmo o excursionismo local podem revelar usos e costumes domingueiros, um certo turismo local de importância geográfico-social. Os pontos pitorescos em que a vista descortina um largo horizonte não podem ser desprezados numa paisagem geográfica.

4) Chegamos, por fim, ao último ponto — o quarto — relativo à *circulação*.

Os meios usuais de comunicação devem agora ser passados em revista, desde o carro de boi até o avião, para poder aquilatar dos recursos em transportes que oferece a zona. Circulação dos homens e dos animais, existência de mercados periódicas ou fixos, hábitos de migrações sazonárias, tudo serve a revelar o fenômeno geo-econômico.

Se existe estrada de ferro, convém conhecer algo a respeito de sua abertura na região: dos resultados que produziu, das modificações decorrentes nas rodovias ou nas artérias fluviais. Os serviços de ônibus devem ser notados com sua frequência, suas vantagens e suas distâncias.

O próprio veículo local mais usado deve ser estudado e, se for o caso, reproduzido em desenho sugestivo.

Um dos elementos da circulação que deve servir de critério é a exportação e a importação de produtos com seus respectivos destinos e suas origens. Isso leva a um pequeno inquérito complementar sobre o abastecimento da região. Nas lojas, botequins e vendas do povoado, os objetos de uso corrente dirão muita coisa, pela sua simples presença. Até que ponto será auto-suficiente a coletividade social estudada? Não será este o problema máximo da geografia econômica do Brasil?

Delgado de Carvalho